

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

**PROCESSO: 2016/024245**

**RECORRENTE: MONICA FERREIRA SOUZA**

**RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DO ESTADO DA BAHIA- SIT**

**AUTO DE INFRAÇÃO: R000252131**

**JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.**

**ACÓRDÃO JARI Nº**

**EMENTA: Art. 218, I do CTB - Multa por transitar em velocidade superior à máxima em até 20%. Prazo para Apresentação do Condutor parcialmente suprimido quando do recebimento da NAI. Arquivamento do auto que se impõe. Recurso Conhecido e Provido.**

**Relatório**

Trata-se o presente, de Recurso interposto pela proprietária legal, em oposição ao rigor do art. 218, Inciso I, do CTB, por “**Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%**”, na data de **03/08/2016**, na Rod. BA512, Km 48, Sentido Decrescente, na cidade de Canaçari/Bahia.

A Recorrente alega que teve supostamente o seu direito de ampla defesa cerceado em razão do não recebimento da Notificação, deixando de proceder à indicação de condutor com prazo para 12/09/2016, vindo fazê-lo, em sede de Recurso.

A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou como documento de identificação a sua CNH e cópia do CRLV.

O presente processo encontra-se Instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, cópia do auto de infração de trânsito com foto do veículo captada pelo equipamento de radar no momento da infração, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso.

É o relatório.

**Voto**

Superadas as questões de Ordem Processuais, verifico que as razões recursais atendem aos interesses legais da Recorrente no que se refere ao cerceio de defesa por supressão do prazo para apresentação do condutor, pois, quanto a alegação de não recebimento da NAI, não é possível nem supor qualquer irregularidade, tendo em vista que a infração de trânsito ocorreu em **03/08/2016**, sendo a NAI expedida em **16/08/2016**, recebida em **12/09/2016**, conforme código de

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

rastreio **FJ249765716BR**, não sendo possível acolher eventual impugnação levantada neste sentido.

Ademais, a pretensão da Recorrente de apresentação de condutor encontra barreira em questões de ordem processual, no que pertine ao disposto no inciso IV do art. 4º da Resolução 299/08 do CONTRAN, visto que a tentativa de apresentação do suposto infrator, ser incompatível com a situação fática, qual seja, Recurso à JARI, onde prazo e instância administrativa para tal mister já se encontram superados.

Noutra senda, da análise da cópia da NAI, em confronto com o Relatório de Notificação AR – Digital, percebe-se que o prazo para apresentação do condutor, em **12/09/2016**, foi parcialmente suprimido, pois a NAI foi recebida em **12/09/2016**.

Diante do exposto, verifica-se que em parte, as razões recursais atendem aos interesses legais da Recorrente apenas no que se refere à supressão integral do prazo para apresentação do condutor, o que se manifesta como prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório suportado pelo Recorrente, face à devolução de toda a matéria de direito em razão do manejo de seu irresignação de forma tempestiva a esta JUNTA, em face do evidente comprometimento da sua ampla defesa e contraditório quando da primeira autuação, e diante do emanado pelo **artigo 257, §7º do CTB e art. 3º, § 3º da Resolução nº 404/12 do CONTRAN**, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R000252131 lavrado contra MONICA FERREIRA SOUZA, insubsistente, determinando o seu arquivamento. Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos da legislação vigente e aplicável.**

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, julgando insubsistente** o Auto de Infração de nº. **R000252131** determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas. **Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos da legislação vigente e aplicável.**

Sala das Sessões da JARI, 12 de março de 2019

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – Presidente

*José Antônio Marques Ribeiro – Membro Titular*

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular- Relatora

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício

Maria Fernanda Cunha – Secretária